## ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO DE MARABÁ CÂMARA MUNICIPAL DE MARABÁ RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL 1º QUADRIMESTRE DE 2014 - ATÉ ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <6%>

R\$ 1,00

31.724.927,77

30.138.681,38

DESPESAS EXECUTADAS

		(Últimos 12 Meses)	
DESPESA COM PESSOAL	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM	
		RESTOS A PAGAR	
		NÃO	
	( )	PROCESSADOS	
	(a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.624.461,68	0,00	
Pessoal Ativo			
Pessoal Inativo e Pensionistas			
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)			
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial			
Despesas de Exercícios Anteriores			
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = $(I - II)$	12.624.461,68	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	12.624.461,68		
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	528.748.796,09		
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		2,39%	

LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <5,7%>
FONTE: Sistema ASPEC Unidade Responsável DEPT° FINANCEIRO CMM Data da emissão 30/05/2014 e hora de emissão 10:00hs

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JÚLIA MARIA F. R. VELOSO Presidente CMM MÁRIO CÉTIO COSTA ALVES Depl<sup>o</sup> Controle Interno